

	<b>Autor(a)</b>	<b>Proposta</b>
1	<b>André Luzzi</b> Fórum Paulista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	<p>Entende ser importante colocar o tema da “Segurança Alimentar e Nutricional” como eixo transversal do Plano Diretor Estratégico. Reconhece que a Minuta contemplou parcialmente as demandas indígenas, mas o mesmo não se nota para a segurança alimentar. Quando se fala em ZEIS, não há qualquer referência à produção de alimentos, nem sobre os instrumentos de preservação cultural, no qual ocorre a mesma situação.</p> <p>Propõe incluir a referência de documentos importantes no texto, como a Agenda de Alimentação Urbana (ONU) e o Pacto de Milão (da qual São Paulo é signatário), por exemplo. Também expõe a necessidade de articular os equipamentos públicos de distribuição de alimentos e recomendações para a implementação de leis ordinárias ( IPTU Verde, desafetação do solo etc).</p> <p>Apresenta crítica sobre os projetos de Zonas Especiais de Interesse Social de caráter cultural sem consideração às dimensões da cultura e memória alimentar, dando mãos às futuras crises sanitárias. Além disso, a memória alimentar não está apenas no Triângulo Histórico do Centro antigo, mas também em vários cantos da cidade, como a Barra Funda e Largo da Batata.</p>
2	<b>Vera Villela</b> Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo	<p>Entende a necessidade de melhorar a linguagem do conteúdo urbanístico para promover o engajamento dos conselheiros, o que atrapalha a participação em alguns momentos.</p>

3	<b>Solange Redolfi</b> Fórum de Sustentabilidade do Butantã	Em virtude do desconhecimento de muitos termos relacionados ao urbanismo, sugere a aproximação e/ou tradução da linguagem, por meio dos exemplos do cotidiano das pessoas, facilitando a participação de todos os cidadãos.
4	<b>Maria Angélica Oliveira</b> Conselheira Participativa Municipal e representante no CMPU	Aponta que Segurança Alimentar não pode ser apenas lembrada em caráter emergencial. Em sua visão, o Plano Diretor Estratégico - PDE não considera a cidade inteligente e coloca que o bem estar da população passa pela segurança alimentar. A partir da Agenda 2030, o PDE - que é o norte para todas as outras políticas, precisa incorporar a pauta da Segurança Alimentar.
5	<b>Solange Redolfi</b> Fórum de Sustentabilidade do Butantã	Apresenta algumas indagações para provocar a reflexão: Qual a possibilidade de, na questão urbanística, pensar áreas de prédios residenciais com espaços para hortas?; Equipamentos públicos como escolas, parques, entre outros, terem hortas?; E como pensarmos nessa cadeia produtiva (da produção até a comercialização), dentro das questões urbanísticas?
6	<b>André Luzzi</b> Fórum Paulista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	Considera um erro, inclusive no PDE atual, que agricultura urbana é está restrita à Zona Rural. Critica o artigo da Minuta sobre as <i>Start Ups</i> , pois vê isso como uma precarização do trabalho. Também faz uma crítica ao conceito de <i>dark kitchen</i> , e provoca a todos a pensarem na economia solidária, nas cooperativas, nos pequenos empreendedores na área da alimentação, além de repensar o papel dos aplicativos de entrega (trabalho informal).
7	<b>Solange Redolfi</b> Fórum de Sustentabilidade do Butantã	Sugere estimular a presença de produtores orgânicos e a economia solidária em feiras de condomínio fechados (tendência identifica nos últimos anos).

8	<b>Vera Villela</b> Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo	A Segurança Alimentar e Nutricional deve ser um dos princípios do Plano Diretor Estratégico - PDE. Questiona como a Segurança Alimentar aparece no PDE e aponta para que este debate deva permear todas as zonas da cidade, não apenas a Zona Rural, haja vista os projetos de hortas comunitárias, hortas escolares, e em conjuntos habitacionais ligadas a movimentos sociais destinados a produção de alimento. Indaga também sobre como os equipamentos se articulam com as áreas de produção e com os empreendimentos sociais (cozinhas comunitárias), e considera que o desenvolvimento econômico e social não é visto dentro do PDE, nem dentro das Secretarias.
9	<b>Maria Angélica Oliveira</b> Conselheira Participativa Municipal e representante no CPMU	A revisão do Plano Diretor Estratégico - PDE deve ser um momento transformador da vida urbana, mas também uma discussão para longo prazo: qualidade de vida, mudanças climáticas, segurança alimentar. É preciso que o licenciamento tenha esse norte, essas diretrizes.
10	<b>Solange Redolfi</b> Fórum de Sustentabilidade do Butantã	Concorda em se pensar na gestão da cadeia produtiva (solo, espaço, qualidade), por que a Segurança Alimentar e Nutricional - SAN abrange aspectos biológicos e nutricionais. Sendo o Plano Diretor Estratégico - PDE uma lei guarda chuva, entende que ele pode promover e garantir a SAN nos espaços Urbanos e Periurbanos.
11	<b>André Luzzi</b> Fórum Paulista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	Propõe que no Plano Diretor Estratégico - PDE haja a projeção de 6 (seis) entrepostos de distribuição de alimentos (equipamentos). Além disso, sobre a temática da Segurança Alimentar e Nutricional - SAN é preciso ter a previsão das diferentes dimensões: aspectos conceituais, definição de prioridades, instrumentos necessários e quais são as matérias "autorizativas" específicas. Propõe colocar a SAN como eixo estruturante da cidade, com identificação e quantidade de equipamentos públicos para entrepostos sociais para garantir o abastecimento da cidade. Também espera a existência de instrumentos específicos para garantir a segurança alimentar, espaços desapropriados para construção de horta, empreendimentos para incubadoras, câmaras frias e bancos de alimento.



12	<b>Maria Amélia Trindade Simas</b> Associação Beneficente Educacional e Cultural Ilê Asé Yalodê Oyó	Aponta a necessidade de pensar sobre a continuidade das políticas públicas - tanto no aspecto da execução quanto na articulação entre os agentes envolvidos, em especial àquelas destinadas a Segurança Alimentar e Nutricional.
13	<b>André Luzzi</b> Fórum Paulista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	Propõe a criação de uma “COMAB - Companhia Municipal de Abastecimento”, aos moldes da COHAB – Companhia Municipal de Habitação.
14	<b>Gil Santos</b> Conselheiro Participativo Municipal – Subprefeitura Mooca	Aborda o tema com luz às ocupações, sugerindo um levantamento do número de ocupações na cidade e medidas para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional - SAN nesses espaços.